

Tancredo quer evitar divisões

“A política econômica a ser implementada será de todo o Governo, de toda a responsabilidade de todo o Ministério”. Este recado do presidente eleito Tancredo Neves, dado logo no início do discurso que o vice José Sarney leu na primeira reunião ministerial, representa não apenas uma crítica implícita ao governo anterior mas, também, um sinal de alerta contra a eventual divisão do novo Ministério entre quem tem poder e quem não tem.

Tancredo reafirmou que não abrirá mão de ser o condutor da política econômica e nem permitirá que o seu ministério se divida entre os “comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos”. Ressaltou que em seu Governo “todos os ministros e todos os dirigentes de empresas públicas terão que estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia

nas despesas”.

O que o presidente eleito está dizendo é que não deverá haver em seu Governo um superministro da Economia — como ocorreu nos últimos tempos com a Secretaria do Planejamento controlando todas as decisões e verbas — na figura do novo titular da Fazenda, Francisco Dornelles. Como já se insinua que o esvaziamento da Seplan resultou em nova concentração de poderes nas mãos do Ministro da Fazenda, o presidente eleito procurou desde logo cortar o mal pela raiz.

Mais importante, deixou claro que não deverá se repetir em seu Governo a situação vivida até a semana anterior, quando de um lado estava o ministro Delfim Netto segurando verbas e impondo cortes orçamentários, para atender ao programa de ajustamento combinado com o Fundo Monetário Internacional, e do outro os chamados “ministros gastadores”. Entre

estes últimos destacou-se o ex-ministro Nestor Jost, que passou alguns meses à frente da pasta da Agricultura sem conseguir absolutamente nada do dinheiro que precisava para atender a comercialização agrícola.

Na prática, entretanto, esta co-gestão do setor financeiro do Governo dificilmente será observada ao pé da letra, pela própria divisão de funções: caberá ao Ministério da Fazenda traçar as linhas específicas da política de austeridade nos gastos e na expansão da moeda, enquanto a Seplan restará a tarefa de vigiar os ministérios e, principalmente, as estatais. Quanto aos demais, por mais que se esforcem para gerar recursos e conter despesas, restará sempre a posição de lutar por mais verbas, de conseguir a inclusão de seus pleitos na lista de prioridades e de se contentar com recursos escassos para atender seus programas.